

BREVE HISTÓRICO DA GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA

Alfredo Maceira Rodríguez

Mestre em Filologia Românica e Doutor em Lingüística (UFRJ)

Professor de Lingüística na FFP (UERJ)

1. INTRODUÇÃO

Os estudos lingüísticos com base científica muito se aprofundaram com a dedicação e entusiasmo dos neogramáticos, mas foi a oposição a esta corrente historicista que permitiu outros enfoques para o estudo das línguas. Na segunda metade do século XIX, Henry Sweet, destacou-se na Inglaterra pela sua hostilidade aos estudos históricos, intimamente ligados à Alemanha e voltou-se para o estudo dos aspectos descritivo e sincrônico das línguas, particularmente da fonética. Inicialmente os estudos dialetais inseriam-se no método diacrônico. Para o estudo de um dialeto popular, visitava-se a área de interesse e anotavam-se as particularidades lingüísticas que se julgavam de maior interesse: pronúncia, morfologia, sintaxe, e, em menor escala, o léxico. Antes dos neogramáticos, o estudo científico dos dialetos já havia sido iniciado pelo lingüista italiano Ascoli. Os neogramáticos defendiam a idéia de que as leis fonéticas deviam explicar-se por leis puramente naturais, embora admitissem a influência da analogia. Contra estes exageros insurgiram-se de início Ascoli na Itália e Hugo Schuchardt na Áustria. Ascoli opõem-se ao esquematismo das leis fonéticas e luta pelo reconhecimento dos estudos dialetológicos porque acha que o estudo das línguas vivas permite melhor conhecimento das línguas do passado. Schuchardt também se opõe à comparação das leis fonéticas com leis naturais. Foi ele quem antecipou o conceito de dialeto, tal como hoje é aceito pela lingüística moderna. Ao menos, parte da variação lingüística ocorreria porque fenômenos lingüísticos se expandiam no espaço geográfico, não se podendo estabelecer fronteiras dialetais bem definidas. Esta teoria contrariava a dos neogramáticos que só admitia a variação fonética regular. A preocupação com a dialetologia deu lugar a um grande número de estudos nessa área, até se desenvolver uma nova metodologia que se tornou mais conhecida como Geografia Lingüística. Esta nova corrente de estudos lingüísticos veio proporcionar um grande desenvolvimento aos estudos de Filologia Românica e à Romanística em geral.

2. OS ATLAS LINGÜÍSTICOS

A metodologia da geografia lingüística baseava-se na elaboração de cartas geográficas, mapas, ou melhor, atlas lingüísticos. Estes atlas tinham por finalidade estudar in loco um ou mais fenômenos lingüísticos para poder traçar isoglossas que determinassem a extensão de cada traço dialetal. Estes atlas representavam um grande avanço em relação às coletas de dados anteriores, as quais não permitiam correta interpretação dos dados e menos ainda uma visão global como a proporcionada pelas isoglossas numa representação gráfica. Os atlas lingüísticos foram os instrumentos que permitiram recolher a língua viva até com a intenção de "curar" males de que uma dada língua poderia estar sendo acometida. Outra preocupação destes estudiosos era a preservação dos dialetos, considerados sob ameaça pela expansão das grandes línguas nacionais. Os atlas lingüísticos obedeciam a rigoroso planejamento. Limitavam-se a uma área geográfica que pudesse ser estudada e estabeleciam-se normas para determinar o objetivo pretendido e a execução das pesquisas de campo para coletar os dados. Depois de reunir os dados de todas as regiões do território, procedia-se a seu processamento, até à elaboração e publicação do atlas respectivo. Vários foram os atlas planejados, nem todos realizados ou concluídos, e sua

metodologia variou bastante, particularmente em face da experiência dos que se foram realizando.

2.1. As primeiras experiências

O alemão Georg Wenker (1852-1911) quis comprovar a validade das leis fonéticas dos neogramáticos nos dialetos alemães. Para isso planejou o Atlas Lingüístico da Alemanha Setentrional e Central, do qual apenas um capítulo foi publicado em 1881. Não obteve sucesso porque as isoglossas de determinados fenômenos não conseguiram definir as fronteiras dialetais. Este atlas só continha material fonético porque seu autor era adepto das leis fonéticas dos neogramáticos e não levou em conta outros fatores interferentes na variação lingüística, além da analogia e do empréstimo. Fatores de alteração lingüística de ordem social não foram considerados, o que determinou o fracasso do plano, pois o autor chegou a resultados opostos aos que esperava. O método de pesquisa para a realização deste atlas limitou-se a questionários enviados a religiosos e professores da extensa área rural estudada. O mérito da tentativa de realização deste atlas deve-se a ser o primeiro e de ser planejado ainda sob os postulados da neogramática. Outro atlas algo semelhante foi o do também alemão Gustav Weigand (1860-1930). Trata-se do Atlas Lingüístico Daco-Romeno. Este atlas representa um progresso em relação ao de Wenker e a outros que o precederam. O autor realizou um inquérito direto utilizando um formulário que previamente tinha preparado. Este método é muito mais eficiente dos que os que são realizados por correspondência porque a inquirição direta realizada por um lingüista está menos sujeita a erros do que as observações e transcrições realizadas por pessoas que não possuem formação específica, embora lhes sobre vontade de colaborar. O atlas de Weigand foi publicado em 1909. Nesse ano quase toda a obra do atlas de Guilliéron já havia sido publicada, o que tornou inevitável o confronto entre os dois atlas. O trabalho de Weigand foi realizado com um questionário de 114 palavras para o estudo de fonemas do daco-romeno, contudo não abrangeu todos os fonemas nem em todas as posições possíveis. O atlas publicado constava de 67 mapas, o que é considerado pouco para um trabalho dessa envergadura.

2.2. A Geografia Lingüística na França

Costuma-se reivindicar para a França a prioridade na Geografia Lingüística, embora não fossem nesse país realizados os primeiros trabalhos nessa área. Pelo menos o grande esforço de Wenker ocorreu na Alemanha bastante tempo antes, porém o que coloca a França em destaque é a realização do bem sucedido Atlas Lingüístico da França, publicado em Paris entre 1902 e 1910 pelo lingüista suíço Jules Guilliéron (1854-1926). Este lingüista já tinha publicado trabalhos dialetais anteriores com material que recolheu in loco entre os camponeses. Dois destes estudos foram publicados em 1880-1881. Sendo nomeado professor de dialetologia da École des Hautes Études de Paris, sentiu-se preparado para realizar o estudo intensivo dos dialetos franceses. O dialeto da Île de France, como dialeto oficial do país, por conta de uma política extremamente centralista, impunha-se sobre os demais dialetos do país, levando-os paulatinamente à sua quase extinção. Gilliéron sentia premente necessidade de preservar estes dialetos e a melhor forma de realizá-lo era sua fixação documental em um atlas lingüístico de amplas proporções.

Para executar esta tarefa elaborou um questionário com o que obteria dos informantes. Cada informante podia responder a mais de 900 itens, número imenso se comparado com o dos seus predecessores. Além das variantes fonéticas, procurava obter respostas de outros elementos lingüísticos como morfologia, léxico (inclusive expressões populares, palavras eruditas, sintaxe etc.). Incluiu em seu questionário denominações de seres vivos por ser de maior uso popular e, portanto, mais propensos a sofrer variantes dialetais. Escolheram-se 639 localidades da França, procurando cobrir as áreas onde se

falavam dialetos franceses, provençais e franco-provençais, incluindo-se algumas aldeias da Bélgica e da Suíça, onde se falavam dialetos galo-românicos. Excluíram-se da pesquisa os territórios da França de língua não românica: a Bretanha, cuja língua é o bretão; áreas de fala flamenga no nordeste e, a região basca no sul. Também se excluíram quase todas as grandes cidades. Por outro lado, incluiu-se a metade sul da Bélgica e a chamada Suíça românica, onde se falavam dialetos provençais e franco-provençais. Gilliéron enviou seu colaborador Edmond Edmont para inquirir os informantes nas 639 localidades escolhidas. Edmont não era lingüista, mas tinha paixão pelos dialetos e dedicou quase quatro anos e meio a recolher os dados, que ia remetendo para Guilliéron em Paris. Em cada localidade escolhia os informantes entre os mais antigos residente, por se supor serem os melhores conhecedores do dialeto local. Edmont fazia a todos as mesmas perguntas e transcrevia as respostas num caderno. Estas respostas tinham que ser espontâneas pelo que o informante não era pressionado a responder as perguntas que não quisesse. À medida que os cadernos iam sendo concluídos, eram enviados para Gilliéron, que imediatamente começava a processar o material. Depois de todos os cadernos completos, passou-se a organizar o atlas. Este Atlas contém 1920 mapas, número igual ao de perguntas do formulário, além de uma brochura explicativa e um índice alfabético. Cada mapa apresenta o resultado de um fenômeno lingüístico. O mapa mais conhecido é que leva o número 1 (abeille). Nele se registram as diversas denominações da abelha, no território estudado. Além do termo abeille, foram encontrados é (pl. es), ef, a; mouche à miel; avette, mouchete; aveille; essete; essei; mouche; ruche. Como se observa, nem todas as formas se prendem etimologicamente à forma latina apis nem a seu diminutivo apicula. As substituições se devem, em geral, à homonímia. O Atlas Linguistique de la France (ALF) foi acolhido com entusiasmo pela comunidade de estudos lingüísticos, dentro e fora da França. Muitos viram nele uma revolução no campo da Lingüística e, a partir de então, a Geografia Lingüística passou a ser considerada uma nova disciplina, porém não faltaram críticas tanto à própria disciplina quanto ao método de realização do Atlas. A análise do Atlas permite confirmar que muitas palavras migram e algumas são alteradas ou substituídas por outras com valor semântico equivalente, irradiadas de um centro tão importante como Paris. Como já se tinha verificado anteriormente com o atlas de Wenker, o ALF deixou claro que não há limites dialetais precisos, apenas limites de certos traços ou fenômenos lingüísticos. Por outro lado provou-se que a pretensa regularidade das leis fonéticas é também alterada por fatores psicológicos, entre eles os que interferem na língua pela homonímia e pela etimologia popular. Com a publicação do ALF, criou-se uma escola de Geografia Lingüística na França e em outros países. Muitas monografias sobre dialetos foram produzidas, assim como outros atlas lingüísticos de diversas comunidades. Entre os discípulos de Gilliéron destacam-se Georges Millardet, Charles Bruneau, A Terracher e Oscar Bloch na França, além de outros na Suíça e em outros países.

2.3. Outros atlas lingüísticos

2.3.1. Atlas Lingüístico da Córsega (ALC)

Como prosseguimento ao ALF, Gilliéron e Edmont empreenderam a realização do Atlas Lingüístico da Córsega, entre 1914 e 1915. Por tratar-se de um território bem menor que o do ALF, e com a experiência já adquirida, este atlas é muito mais rico em detalhes, porém a 1ª Guerra Mundial não permitiu a conclusão dos trabalhos. Dos dez volumes previstos, só conseguiram apresentar quatro, encontrando-se o restante do material na Biblioteca Nacional de Paris.

2.3.2. Atlas Lingüístico e Etnográfico da Itália e da Suíça Meridional (AIS).

Este atlas seguiu o exemplo do de Guilliéron e converteu-se no mais completo instrumento de trabalho dos romanistas. Foi idealizado e realizado pelos romanistas suíços, Jakob Jud e Karl Jaberg. Diferentemente de Guilliéron, eles convidaram para exercer a função de inquiridores eminentes romanistas. Um para o centro-norte da Itália e o sul da Suíça, outro para a Itália meridional e Sicília e um terceiro para a Sardenha. A duração da pesquisa variou de cinco meses a seis anos. Empregaram-se três questionários: com 800, 2000 e 4000 perguntas. Também foram incluídas algumas cidades. O atlas não se limitou à investigação lingüística; incluiu também a etnográfica e estudou as palavras relacionadas com as coisas. Reuniram-se 1.705 mapas, além de 1.900 desenhos e 4.000 fotografias. Pesquisou-se preferentemente o material vocabular relacionado à cultura das regiões estudadas. Não se seguiu a ordem alfabética do ALF. Preferiu-se a ordem das esferas semânticas. As pesquisas começaram em 1919, mas o primeiro volume só apareceu em 1928 e o oitavo e último em 1940, sem levar em conta os trabalhos preparatórios.

2.3.3. Atlas Lingüístico Italiano (ALI)

Antes da publicação do AIS já fora planejado um atlas da Itália por lingüistas peninsulares. O Atlante Linguistico Italiano foi iniciado por M. Bartoli, que trabalhou com o inquiridor Ugo Pellis. Em 1931 começaram a aparecer os resultados mas houve alguns problemas e a obra foi interrompida com a guerra. Bartoli faleceu em 1946 e em 1947 a obra foi retomada sob a direção de Terracini, com quatro pesquisadores. Um Boletim informa o progresso dos trabalhos. Os questionários do ALI são os mais ricos dos empregados até agora. Existem dois: um de 3.630 perguntas e outro, reduzido, de 2.500.

2.3.4. Atlas Lingüístico-Etnográfico Italiano da Córsega (ALEIC)

Já nos referimos a um atlas da Córsega (o ALC) realizado por Guilliéron e Edmont nos moldes do ALF. No entanto, o ALEIC surgiu na Itália e segue a linha metodológica do AIS. Ressalta o aspecto cultural e folclórico dos falares corsos. O Atlante linguistici italiano della Corsica foi realizado por Gino Bottiglioni e editado entre 1935 e 1942. O próprio autor se encarregou também da pesquisa para mostrar que é necessário um inquiridor especializado e que os informantes não têm que ser incultos. Os que ele selecionou são de nível médio. Percorreu 55 localidades e empregou um questionário de 1.950 frases.

2.3.5. Atlas Lingüístico da Catalunha (ALC)

Este atlas é de autoria de Antoni Griera. O Atlas Lingüístic de Catalunya foi realizado com um questionário de 2.886 perguntas em 101 localidades. De 1923 a 1939 publicaram-se cinco volumes com um total de 858 cartas, em ordem alfabética. Faltavam ainda quatro volumes quando a Guerra Civil Espanhola dispersou o material recolhido para o ALC, porém desde 1962 foram retomados os trabalhos pelo próprio Griera. Este atlas insere-se na linha do ALF, mas duplica o número de perguntas e a densidade da rede. Nesta mesma linha, Griera realizou o Atlas Lingüístico de Andorra, pequeno território independente, de língua catalã.

2.3.6. Atlas Lingüístico Romeno (ALR)

Na Romênia, onde primeiro se elaborou um atlas de uma língua românica (1909), surgiu uma obra importante, o Atlasul Linguistic Român, dirigido pelo grande lingüista romeno Sextil Puscariu (1877-1948). Contou com a ajuda de Server Pop e Emil Petrovici, que também serviram de inquiridores. Pop percorreu 301 pontos, empregando um questionário de 2.160 perguntas. Petrovici empregou um

questionário muito mais amplo, mas percorreu menos localidades (87). Desses inquéritos saíram dois atlas. Além disso, cada um dos inquiridores elaborou atlas menores que tratam de problemas de fonética, morfologia e vocabulário, além da inclusão de antropônimos e topônimos. Infelizmente a obra ficou incompleta. Os trabalhos foram suspensos devido à Segunda Guerra Mundial. Foram retomados em 1956, com a publicação de uma nova série com o título Atlas Linguistic Romîn, vols. I, II e III, e o pequeno atlas, Micul Linguistic Romîn, vol. I.

2.3.7. Atlas Lingüístico da Península Ibérica (ALPI)

Este atlas vem sendo realizado desde 1928. A princípio foi dirigido por T. Navarro Tomás. Inclui além do espanhol, o português e o catalão. Foram escolhidas 525 localidades e utilizaram-se dois questionários: um fonético-lexical com 1.320 perguntas, e outro gramatical, com 843. A Guerra Civil Espanhola de 1936 interrompeu os trabalhos, que foram retomados em 1947. Os trabalhos in loco foram concluídos em 1954. Foi publicado um volume de fonética em 1962.

2. 4. Atlas regionais da França

Na França foram elaborados diversos atlas regionais pelos discípulos de Guilliéron como o de Dauzat para o alvernês (1906); o de Bloch para os dialetos dos Vosgos Meridionais (1917) e vários outros para diversas regiões. Posteriormente produziram-se outros, já incluindo estudos etnográficos, de acordo com o critério iniciado pelo AIS. Entre estes encontram-se os que fazem o levantamento do lionês (1950-1956); do valão, a partir de 1953; do gascão, a partir de 1954 e outros. O exame destes atlas regionais motivou o lingüista Dauzat (1877-1955) a projetar um novo atlas lingüístico da França, o Nouvel Atlas Linguistique de la France (NALF). Este atlas aproveita a contribuição dos atlas regionais, mas diferencia-se destes devido a sua unidade de método. O NALF incorpora a experiência de várias décadas de estudos de geografia lingüística.

2.5. Atlas regionais da Espanha

Foram realizados alguns atlas lingüísticos espanhóis de pequeno domínio. Entre eles o Atlas Lingüístico y Etnográfico de las Islas Canarias (ALEICan), o Atlas Lingüístico de Andalucía (ALEA), o Atlas Lingüístico y Etnográfico de Murcia (em seqüência ao ALEA), o Atlas Lingüístico de Aragón (ALEAr) e o Atlas Lingüístico y Etnográfico de Navarra y Rioja (ALENR).

2.6. A Geografia Lingüística em Portugal

O Prof. Paiva Boléo organizou um inquérito por correspondência, com 540 perguntas, como preliminar para o Atlas Lingüístico de Portugal. Deste inquérito resultou a publicação em 1942 de um opúsculo intitulado O estudo dos dialetos e falares portugueses – Um inquérito lingüístico, onde se chama a atenção para o interesse científico da língua popular. Contudo, o Atlas não chegou a ser realizado, embora continuasse a coleta de dados. Até 1966 tinham sido recebidos mais de 2.400 questionários. Com este material, o Prof. Paiva Boléo e outros pesquisadores publicaram várias monografias. Independente deste projeto, em 1957 foi apresentado ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, por Paiva Boléo, Herculano de Carvalho e L. F. Lindley Cintra um Projeto de Atlas Lingüístico Etnográfico de Portugal e Galiza.

2.7. A Geografia Lingüística no Brasil

Em 1958 o Prof. Antenor Nascentes apresentou as Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil, porém de concreto, no plano cartográfico, só existe o Atlas Prévio dos Falares Baianos, de Nelson Rossi, com 154 mapas, publicado em 1963. Existem vários ensaios dialetológicos, alguns já de algumas atrás como O Dialeto Caipira, de Amadeu Amaral, que iniciou a fase científica da dialetologia brasileira, e O Linguajar Carioca, de Antenor Nascentes. Entre outras publicações deste gênero de caráter regional contam-se também A Língua do Nordeste, Alagoas e Pernambuco, de Mário Marroquim, e O Falar mineiro e Linguagem de Goiás, de José A. Teixeira.

Vários estudos sobre dialetologia brasileira têm sido produzidos por diversos estudiosos, entre eles Serafim da Silva Neto, Sílvio Elia, Clóvis Monteiro e Gladstone Chaves de Melo.

O Prof. Celso Cunha acredita que nos países latino-americanos não se justifica o critério de Geografia Lingüística de Guilliéron e seguidores, porque a finalidade daqueles era a preservação de termos e culturas prestes a desaparecer, o que não ocorre entre nós. Não se justifica, assim, a geografia lingüística horizontal, mas é possível sua utilidade no plano vertical, ou seja, no estudo dos estratos ou camadas sociais:

Neste século, porém, a geografia humana brasileira haveria de mudar completamente, com o aparecimento de novas cidades e o crescimento desmesurado de outras, principalmente em virtude da imigração interna, cidades tornadas centros irradiadores de cultura, a exercerem a sua influência por todos os modernos meios de comunicação a causarem a morte súbita dos falares atraídos para a sua órbita.

Alguns projetos de estudo da língua culta de grandes cidades brasileiras estão em desenvolvimento. Entre eles o OFINES, que pretende investigar a língua culta das principais cidades da Península Ibérica e América espanhola. A partir de 1968, incluíram-se as cidades brasileiras de mais de um milhão de habitantes. Entre os estudiosos brasileiros que se ocupam com a relação da norma culta com a dialetologia tradicional encontram-se as pesquisadoras Maria Helena Duarte Marques e Dinah Callou. Teses e dissertações versando sobre geografia lingüística ou disciplinas a ela relacionadas como onomasiologia ou geologia lingüística continuam sendo produzidas em cursos de pós-graduação das universidades brasileiras.

3. CONCLUSÃO

A Geografia Lingüística iniciou-se no período historicista com o fim de verificar a propalada regularidade das leis dos neogramáticos. Embora as primeiras experiências não fossem completamente bem sucedidas, serviram para verificar que havia outras influências favorecendo a mudança fonética além das causas admitidas: analogia e empréstimo. Fatores psicológicos também interferiam comprovadamente por meio da homonímia e da etimologia popular. No plano de Wenker, nem foi possível traçar isoglossas, tão confusas estavam as demarcações dos traços fonéticos estudados.

A finalidade primordial da realização do ALF foi a de preservar as variantes dialetais dos dialetos românicos da França e territórios de dialetos provençais e galoromânicos, ameaçados pelo francês. Embora sua realização fosse sincrônica, o objetivo dos estudos era de caráter diacrônico, pois permitiria o conhecimento de um determinado traço fonético, item lexical, etc. do ponto de vista de sua evolução diacrônica.

Alguns atlas foram realizados com a metodologia do ALF, mas logo outros avanços foram incorporados, particularmente no AIS, incluindo aspectos culturais das comunidades lingüísticas estudadas, com a finalidade de preservar culturas em vias de transformação. A Geografia Lingüística foi de grande utilidade para a

Romanística. Em quase todas as comunidades lingüísticas de origem latina foram realizadas pesquisas dialetológicas com base na geografia lingüística ou com metodologia semelhante. Vários países europeus se envolveram em projetos lingüísticos de grande envergadura, como a realização de atlas lingüísticos nacionais. Nem todos os projetos foram plenamente realizados, devido, entre outras causas, à complexidade dos projetos a ao longo tempo necessário para sua execução. Outro fator que não permitiu a realização de alguns projetos dentro do cronograma proposto foi a eclosão de guerras como as duas grandes guerras mundiais e a guerra civil espanhola. No Brasil, assim como nos países hispano-americanos, a geografia lingüística espacial, como foi executada na Europa, carece de sentido porque não há uma língua com variedades diacrônicas a serem preservadas. Contudo, os estudos lingüísticos estenderam-se modernamente à dialetalização diastrática. Nesse aspecto "vertical", métodos de geografia lingüística têm ampla possibilidade de serem empregados. Algo já está sendo feito nesse sentido com o objetivo de estabelecer a língua culta dos grandes centros irradiadores, onde se concentram falantes de diversas origens. Os recursos tecnológicos para a realização desses estudos são imensamente melhores do que os do passado. Basta pensar no gravador, no computador, etc. Não sabemos se se poderá dizer o mesmo dos recursos financeiros e / ou humanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. Resumo

A método denominado Geografia Lingüística iniciou-se no período historicista, mas só se tornou mundialmente conhecida a partir da realização do Atlas Lingüístico da França (ALF). Sua finalidade era preservar os dialetos franceses ameaçados de extinção. Seguiram-se outros atlas semelhantes em outras regiões e países da Europa, aperfeiçoando sempre a tecnologia. As grandes guerras das primeiras décadas do sec. XX interromperam pesquisas na Europa. Algumas foram retomadas mais tarde. No Brasil e nos países hispano-americanos não são tão importantes as pesquisas de geografia lingüística espacial como na Europa. Dá-se preferência a estudos de dialetalização diastrática e algo vem sendo feito neste campo, apesar das muitas dificuldades destes países.

4.2. Abstract

The method named Linguistic Geography has begun in the historicist period but it became universally known since the realization of the French Linguistic Atlas (ALF). Its aim was to preserve the French dialects threatened by extinction. Other similar atlases followed this one in European regions and countries, always improving their technology. In the first decades of the 20th century, the great wars interrupted the researches in Europe. Some of them were resumed later. In Brazil and Spanish American countries, researches of spatial linguistic geography are not so important as in Europe. Studies of diastratic dialectalization are preferred and something is being done in this field in spite of many difficulties in these countries.

5. BIBLIOGRAFIA

CÂMARA JR., Mattoso. Dicionário de lingüística e gramática. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
CUNHA, Celso. Língua portuguesa e realidade brasileira. 7. ed. atualizada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
ELIA, Sílvio. Preparação à lingüística românica. 2. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro:

Ao Livro Técnico, 1979.
IORDAN, Iorgu. Introdução à lingüística românica. 2. ed. Trad. Júlia Dias Ferreira.
Lisboa: Calouste Gulbenkian, /1982/.
LYONS, John. Linguagem e lingüística: uma introdução. Trad. Marilda Winkler
Averbug e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982
MELO, Gladstone Chaves de. Iniciação à filologia e à lingüística da língua portuguesa.
Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.
MIAZZI, Maria Luísa Fernandez. Introdução à lingüística românica: histórico e
métodos. São Paulo: Cultrix, 1976.
NARO, Anthony Julius (org.). Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil.
Trad. Maria Candida D. Bordenave e Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro:
Francisco Alves, 1976.
ROBINS, R. H. Pequena história da lingüística. Trad. Luiz Martins Monteiro de Barros.
Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979. Reimpr. 1988.